

PROCEDIMENTOS GERAIS DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS	Pág. 1 de 4 Data: junho de 2019
<i>Gestão de Comissões</i>	pgcp010re08

1	Objetivo e âmbito	Estabelecer as regras a seguir para a constituição e funcionamento da Comissão Consultiva e da Comissão de Recurso.
2	Referências	NP EN ISO/IEC 17065 – Requisitos para organismos de certificação de produtos, processos e serviços
3	Definições e abreviaturas	OC – Organismo de Certificação de Produtos ROCP – Responsável do OC CC – Comissão Consultiva CR – Comissão de Recurso

4 – Descrição

4.1 – Generalidades

A CC é constituída para a salvaguarda da imparcialidade de atuação do OC, bem como da garantia do desenvolvimento e manutenção das principais políticas e princípios de funcionamento dos sistemas de certificação. A sua estrutura é formada de modo a assegurar a participação de todas as partes interessadas. O OC é responsável por garantir que a CC tem acesso a toda a informação necessária ao desempenho das suas funções.

A CR tem como função a emissão de pareceres e recomendações em situações de recurso.

4.2 – Objetivos

A constituição da CC tem como objetivos dar pareceres relativamente a:

- Políticas e princípios de imparcialidade na atuação do OC;
- Tendências do OC em deixar que considerações comerciais ou de outro género possam impedir que as atividades de certificação decorram de modo imparcial;
- Assuntos que afetem a imparcialidade e a confiança na certificação (incluído a transparência do OC).

O objetivo da CR centra-se na análise de situações de recurso e na apresentação de conclusões na forma de pareceres e recomendações (como descrito no *pgcp024 – Procedimentos para reclamações e recursos*).

4.3 – Constituição da CC e da CR

Na CC deverão constar os seguintes elementos (grupos de interesse), sempre que aplicável:

- Um ou mais representantes do OC (que contarão como um elemento único na CC);

PROCEDIMENTOS GERAIS DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS	Pág. 2 de 4 Data: junho de 2019
<i>Gestão de Comissões</i>	pgcp010re08

- Um ou mais representantes do cliente (que contarão como um elemento único para votação)
- Um perito técnico;
- Um representante do consumidor;
- Um representante de uma cadeia de distribuição alimentar.

Independentemente da constituição da CC poder variar no tempo, todas as partes interessadas terão de estar representadas de modo equilibrado sem que nenhum interesse particular predomine (incluindo o elemento representante do OC, que não poderá ser predominante, independentemente dos seus representantes).

Deverá haver registos da competência dos convidados para serem representantes. A responsabilidade do convite para integração na CC é do ROCP. As reuniões da CC poderão ocorrer em 2 formatos:

- 1) Reunião presencial – Os assuntos a discutir fazem parte de uma agenda referente a uma reunião para os quais todos os membros da CC são convidados. Terá de existir 75% de aceitação dos convites até 1 semana antes da data prevista, para que seja possível ser realizada a reunião. Cada um dos convidados poderá nomear um representante que será considerado como seu substituto. Caso os 75% de aceitação não sejam alcançados será remarçada a reunião de modo a ser realizada até 3 meses após a data original. Caso um dos convidados recuse mais de 3 vezes consecutivas deixará de fazer parte da lista de convidados.
- 2) Reunião não presencial – Os assuntos a discutir são enviados por e-mail, sendo o feedback dos membros da CC recebido pela mesma via. De modo a considerar que a CC se reúne nestas circunstâncias terão de haver pelo menos 50% de respostas no prazo referido no envio. Caso contrário, será feito um novo envio de dados com marcação de novo prazo para a resposta. Se novamente não houver respostas suficientes, terão de ser averiguadas as razões para essa situação e avaliada a possibilidade de chamar outros elementos à CC.

Relativamente à CR, a sua constituição deverá incluir exclusivamente elementos externos ao OC e ao cliente que levantou o recurso de modo a garantir uma gestão totalmente imparcial. Estes elementos deverão ter a sua competência técnica assegurada e reconhecida. A responsabilidade do convite (idealmente por escrito) é do ROCP, sendo que a CR é formalmente constituída com a aceitação do convite por parte de 3 elementos.

4.4 – Periodicidade

A Comissão Consultiva deverá reunir-se pelo menos uma vez durante um ano, existindo a possibilidade de uma reunião extraordinária caso seja necessário. Em determinadas condições excecionais poderá não ser realizada esta reunião no espaço de um ano. Estas condições incluem:

- Não existência da atividade de certificação;
- Processos de certificação com evolução não visível.

PROCEDIMENTOS GERAIS DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS	Pág. 3 de 4 Data: junho de 2019
<i>Gestão de Comissões</i>	pgcp010re08

A Comissão de Recurso reúne-se sempre que necessário (i.e. na ocorrência de um recurso).

4.5 – Assuntos a abordar e tomada de decisão

Relativamente à CC, aquando do envio do convite será enviada uma agenda dos assuntos a abordar na respectiva reunião elaborada pelo ROCP. De igual modo, no caso de reuniões não presenciais os assuntos a abordar seguem diretamente no e-mail de convite. Cada um dos intervenientes poderá sugerir para a reunião mais assuntos a abordar. O representante do OC terá como função ser mediador dos assuntos a discutir na reunião. No caso de algum assunto necessitar de uma tomada de decisão e no caso de não estarem todos os presentes de acordo terá lugar uma votação. Todos os elementos terão direito a um voto, salvaguardando que quando há mais do que um representante de um grupo de interesse apenas se considera um voto desse grupo, passando a decisão desde que haja maioria.

Caso a gestão de topo do OC não siga as recomendações da comissão consultiva, esta tem o direito de tomar ações independentes (p.ex. informar autoridades ou partes interessadas) respeitando todos os requisitos de confidencialidade.

A informação que esteja em conflito com os procedimentos operacionais do OC ou requisitos mandatários (p.ex. normas) não deverá ser seguida. A gestão deverá documentar a justificação da decisão de não seguir as recomendações e manter o documento para revisão por pessoal adequado.

A CR irá analisar todas as informações relevantes no processo de recurso e concluir acerca do mesmo num prazo máximo de 30 dias após a sua constituição, sendo responsável por informar o OC por escrito. A CR deverá conceder uma oportunidade para o cliente apresentar formalmente o seu caso no decurso da análise das informações. O OC deverá considerar os pareceres e as recomendações da CR (embora sejam não-vinculativos) na sua tomada de decisão final.

4.6 – Ata de reunião

Todas as reuniões da CC deverão ser registadas em ata de reunião (*mcp022*) e dela constarão:

- Data da reunião;
- Registo de presenças;
- Assuntos discutidos;
- Decisões;
- Declaração de confidencialidade relativamente a todos os assuntos abordados.

PROCEDIMENTOS GERAIS DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS	Pág. 4 de 4 Data: junho de 2019
<i>Gestão de Comissões</i>	pgcp010re08

4.7 – Documentos associados

pgcp024 – Procedimentos para reclamações e recursos

mcp022 – Ata de reunião

5 – Registo de alteração do documento

Revisão 1	-	Revisão geral do conteúdo.
Revisão 2	4.2	Inclusão de novo objectivo referente a recursos.
	4.3	Inclusão de regras referentes aos convites e à realização ou não da reunião.
	4.5	Inclusão de novo ponto referente a assuntos a abordar e tomada de decisão.
	4.6	Inclusão da referência à declaração de confidencialidade relativamente a todos os assuntos abordados na acta de reunião.
Revisão 3	Título	Alteração do título de “Comissão Consultiva” para “Gestão de Comissões”.
	Vários	Inclusão da referência à Comissão de Recurso.
Revisão 4	4.4	Inclusão de cláusulas para situações excepcionais de não ocorrência da reunião da Comissão Consultiva.
Revisão 5	2	Atualização de referências.
	4.1	Indicação do acesso a qualquer informação relevante por parte da CC.
	4.2	Reformulação dos objetivos da CC.
	4.3	Indicação de que todas as partes interessadas deverão estar representadas na CC.
Revisão 6	4.3, 4.5	Inclusão das regras para reuniões não presenciais da CC.
Revisão 7	4.3	Revisão das regras de constituição da CR.
Revisão 8	4.3	Revisão das regras de constituição da CR
	4.5	Inclusão dos procedimentos a seguir pela gestão de topo caso não siga as recomendações.